

A Procissão dos Caixões na Senhora Aparecida

José Carlos Carvalheiras*

*O que eu peço ao livre-pensador
é que se coloque face à religião no estado de espírito do crente:
só nesta condição pode compreendê-la.
Que a sinta tal como o crente
pois ela não é verdadeiramente senão o que é para o crente.
Assim, quem quer que seja que não traga ao estudo da religião
uma espécie de sentimento religioso,
não pode falar dela. Seria como o cego a falar de cores.*

Émile Durkheim
(In A Ciência Social e a Acção)

Resumo

A Procissão dos Caixões desperta emoções e sentimentos díspares. Vislumbrando o fenómeno de várias perspectivas, apercebemo-nos dos extremos dos juízos valorativos. Ir no caixão em cumprimento de promessa é porventura sórdido e tenebroso. Mas os caminhos da fé e do desespero quando se cruzam originam um palco de gigantescas façanhas humanas.

Tratava-se de um controverso desfile de cumprimento de promessa em que os protagonistas, homens e mulheres, velhos e crianças, eram transportados vivos desde o salão paroquial até à ermida da Senhora Aparecida, em urnas abertas, carregadas por familiares e amigos num percurso de 400 metros.

Do choque das duas facções litigantes nesta polémica resultaria a extinção do fenómeno. Foi um confronto entre sagrado e profano, isto é, entre o oficial e o estranho. Triunfou a via institucional.

* Sociólogo do Pelouro do Património Cultural da Câmara Municipal de Lousada.

1. INTRODUÇÃO

1.1. Do contexto e do significado

Não tendo sido possível determinar *ipsis verbis* a origem do fenómeno aqui abordado, as pesquisas realizadas nos documentos e no terreno permitem afirmar que pelo menos em meados da década de 1920 na tarde do dia 14 de Agosto na Romaria da Senhora Aparecida decorria a “Procissão dos Cai-xões” ou “cortejo dos amortalhados”, também conhecida como “a procissão dos mortos-vivos”. Esta prática era, para uns, um acontecimento insólito, enquanto que para outros era grandioso e sublime. Enfim, motivava inúmeras interpretações, suscitando conceitos e preconceitos díspares. A prática acabaria por ser banida e abandonada, em 1995.

Claramente tipificada no âmbito da Religião Popular (e, logo, “estranha” à Religião “Oficial”), esta prática estava ligada à fé do povo na Senhora Aparecida, cuja lenda da sua aparição naquele lugar da freguesia de S. Fins do Torno, em Lousada, remonta ao ano de 1823 (ver Anexo 1), quando a imagem apareceu envolta em mistério, numa gruta que surge ligada à ideia de um “colo securizante” e à invocação do nascimento, da vida. É uma imagem com 13 centímetros de altura; a sua dimensão não é proporcional à fé do povo por Ela, daí que quando sai da ermida é colocada no gigantesco andor da procissão “oficial da romaria”. A estatueta teria surgido resplandecente depois de ter estado soterrada durante muitos anos. Foi como que um ressurgimento, visto então como um “sinal” que foi o móbil despertador da nova fé daquele povoado que a partir daí se passou a designar Senhora Aparecida.

Desde então, aquela santa é celebrada com grandiosa pompa e circunstância nos dias 14 e 15 de Agosto. Até 1823, a romaria local fazia-se em honra do orago da freguesia: S. Pedro Fins (do Torno), conforme atestam as Memórias Paroquiais de 1758: “...que suposto esta freguezia se intitulasse de *Sam Pedro Fins do Torno*, eu festejo por padroeiro a *Sam Feliz Bispo*, e mártir, em o primeiro de Agosto, pelo achar assim introduzido por meus antecessores, cuja imagem se venera no altar mor, tendo para a parte do Evangelho a de *Nossa Senhora da Conceição*...”, mas lê-se mais adiante que

a freguesia “*tem quatro Ermidas, todas fora de lugares, a primeira a de Nossa Senhora da Conceição com hum só altar, que pertence aos moradores da freguezia que a andão reedificando à fundamentis, por se arruinar a antiga. Hé imagem perfeitíssima, e miraculosa, onde acodem das freguezias vizinhas, implorando seu patrocínio para remédio de suas necessidades, vindo também das mesmas, em dias determinados, com clamores, mas não tem romagem certa...*”. Como curiosidade, acrescento que o pároco daquela época estava adstrito ao beneditino mosteiro de Pombeiro, em Felgueiras, conforme ressalta do referido documento: “*o paroco desta freguezia hé vigário adnutum / ainda que meus antecessores forão collados / apresentado pelo Dom Abbade do Mosteyro de Pombeiro, que hé da Ordem de Sam Bento, a quem se pagão os dizimos que renderão trezentos, e noventa mil reis para o Mosteyro de Tibaens. E a congrua para o pároco, com o pé de altar rendera pouco mais ou menos cento, e sincoenta mil reis...*”).

Ora, em meados de Agosto encontra-se a data em que a igreja católica celebra a Assunção de Maria ao Céu, e que coincide com o meio do ano agrícola. Daqui se infere a ligação entre subida e fruto, que são dois conceitos que remetem para a questão da vida, que é a tónica fulcral da Procissão dos Cai-xões e da Senhora Aparecida.

“Cada um dos elementos do culto popular de Maria, lenda ou suporte visual, remete para arquétipos maternos”, refere Moisés Espírito Santo em “A Religião Popular Portuguesa”, salientando que é em torno da imagem da Senhora que confluem “todas as modalidades da força mágico-religiosa, fecundidade, fertilidade, crescimento, morte e renascimento”. (1990)

Acrescenta aquele estudioso (citando O. James, em *Le Culte de la déesse-mère*, 1960) que “este culto permite aos fiéis alcançarem a segurança perdida no nascimento ou com o afastamento da mãe, desejo que é a expressão de uma aspiração inerente ao princípio da maternidade, e desse modo, um desejo de renovação da vida em contacto com a sua própria fonte” (James, 1990:101). Esta é uma teorização que se encontra na prática em inúmeras situações, nomeadamente na Procissão dos Cai-xões, mas também na denominação do jornal local (“Vida Nova”),

fundado em 1903 na povoação da Senhora Aparecida, por uma família extremamente bairrista e de grande fervor religioso, defensora da cultura e das gentes locais, em geral. Esse jornal, encerrado em 1932, foi um importante veículo de divulgação da lenda da Senhora Aparecida, difundindo o que intitulava de “milagres da Senhora Aparecida” e fomentando a unidade de uma povoação que se estende pela encosta que liga o Alto da Lixa ao Vale do Sousa. A fé na Senhora é cimento de união dos habitantes, incluindo os não praticantes, e está na base da expansão do aglomerado populacional (de tal forma que no concelho é na Aparecida que se encontra a maior densidade demográfica, a seguir à Vila de Lousada).

2. *Mors et vita duelo confluxere mirando*

É neste contexto simbólico e histórico que se enquadra a Procissão dos Caixões. Tratava-se de um desfile de cumprimento de promessa em que os protagonistas, homens e mulheres, velhos e crianças, eram transportados vivos desde o salão paroquial (junto à igreja) até à ermida da Senhora Aparecida (situada no sopé da capela da Senhora da Conceição), em urnas abertas, carregadas por familiares e amigos num percurso de 400 metros.

A procissão, presenciada por uma vasta multidão, era encabeçada por um grupo de Zés P'reiras (os típicos grupos de bombos) e, por vezes, por guarda a cavalo, marchando ora a toque de batidas cadenciadas invocando uma marcha fúnebre (Tum-Tum, Tum-Trrum; Tum-Tum, Tum-Trrum;...), ora com ritmos mais vivos e alegres, (Trrum-Trrum, Tum-Tum-Tum; Trrum-Trrum, Tum-Tum-Tum;...) simbolizando a vitória da vida sobre a morte. Seguia-se um elenco de vários grupos, de familiares e de amigos, transportando num caixão aberto um ente querido que havia protagonizado uma promessa feita à Senhora Aparecida. Entre curiosos e crentes, milhares de pessoas queriam assistir àquele desfile, certamente para conferir da coragem de se deitar no “leito da morte”, mas também para presenciar gente bafejada pela graça da Senhora Aparecida.

A ida no caixão, que era alugado (e em muitos casos apenas emprestado a troco de nada), na agên-



Foto Lemos, Aparecida, 1992.

Figura 1. Procissão dos caixões, Senhora Aparecida.

cia funerária local, propriedade da família Massas, significava a vitória sobre a morte por intervenção da Senhora Aparecida; era o agradecimento à santa por preservar a vida de alguém. Era o pagamento de uma promessa, o “pagamento” de algo consumado, simbolizando a vitória sobre o fatalismo que se avizinhava para a própria pessoa ou para alguém muito próximo do promitente, que tinha estado *entre a vida e a morte* ou em *perigo de vida* por causa de uma grande enfermidade ou por alguma situação de risco (guerra colonial, por exemplo) e veio praticamente a *ressuscitar* ou a sobreviver ao infortúnio. Questões de saúde e de perigo eram os motivos predominantes, mas outros haveria certamente que motivavam pedidos à santa adorada em situações de “duelo entre a vida e a morte” ou “Mors et vita duelo confluxere mirando” (Dias, 2002:65).

Na edição do jornal “Vida Nova” de 20 de Agosto de 1927, lia-se que os pais de uma certa criança enferma se prostraram “de joelhos no chão, mãos erguidas e os lacrimejantes olhos virados para a sua Ermida, com um suplicante gesto de profunda angústia, se lhe dirigiram assim: “Nossa Senhora

Aparecida, vós sois a Santa Mãe de Nosso Senhor Jesus Cristo, fostes perseguida pela cólera farisaica que quis matar o vosso Divino Filho; vós fizestes maiores sacrifícios e experimentastes os mais dolorosos transes para salvá-lo; sabeis, pois, avaliar quanto é doloroso este momento para o nosso coração, vendo o nosso filhinho ameaçado de fazer eternamente sob a pesada e fria terra, deixando-nos no mais doloroso e triste martírio! Intercedei por nós Virgem Mãe de Deus!”. Relata o jornal que “depois desta súplica, a criancinha melhorou” e que “seus pais prometeram a Nossa Senhora Aparecida centos de escudos e varias jóias de ouro, assim como apresentar o menino deitadinho num caixão aos pés de Nossa Senhora, amortalhado como se fosse para a sepultura”.

Na edição seguinte este semanário trazia estampados relatos de casos sob o título “milagres da Senhora Aparecida”. A difusão destas notícias repetiu-se ao longo do século XX na imprensa local, como por exemplo na edição de 21 de Setembro de 1957 do “Jornal de Lousada”.

Na óptica de Rui Graça Feijó, “esta chegou a ser uma prática corrente na Península Ibérica, mas o caso da Senhora Aparecida foi o que sobreviveu mais tempo” (Feijó e Cabral, 1983:54). Salienta que “na década de 1960 e início da de 1970, em que a guerra colonial atingiu o seu auge, esta tradição teve um grande incremento”. De facto, na capela da Senhora Aparecida abundavam os retratos de soldados no ultramar, para cujas vidas os familiares, sobretudo noivas, esposas e mães, pediam àquela divindade.

Também nos anos 80 e 90 a tradição manteve-se bem viva. Em 1992, ano a que se reportam as fotografias da Procissão dos Caixões inserta em anexo a este trabalho, contaram-se 19 caixões naquele desfile. Na sinopse de *Os Mortos e os Vivos na Aparecida*, Rui Graça Feijó atesta que “trata-se de um cortejo em que um número significativo de indivíduos – nos últimos anos, entre 10 e 20 —, se faz transportar desde o salão paroquial, junto à Igreja da freguesia, até à Capela da Senhora Aparecida, em urnas abertas”. (Feijó e Cabral, 1992)

Mas se a sociedade em geral aceitava e fomentava a Procissão dos Caixões, aderindo ou assistindo num misto de curiosidade e de religiosidade, já



Foto Lemos, Aparecida, 1992.

Figura 2. Procissão dos caixões, Senhora Aparecida.

o clero se dividia entre o apoio, a tolerância e a oposição a tal prática.

Convirá neste ponto frisar que das dezenas de cartazes alusivos ao programa da romaria, quer fosse em formato avulso ou publicados na imprensa, nunca me deparei com qualquer referência à realização deste cortejo. De facto, pendia sobre ela um carácter não-oficial, independente, à margem do programa e das instituições.

3. Religião Eclesiástica vs. Religião Popular

Durante várias décadas do século XX o padre Assis Carneiro foi o *pastor do rebanho* daquela paróquia. Foi durante muito anos apologista daquele ritual do caixão. Era costume vê-lo à frente do cortejo, excepto na fase final da sua vida, em que se afastou, embora conivente, daquela procissão. Haveria de se aposentar em 1992.

Quando chegou à paróquia aparecidense em Outubro de 1992, o jovem Reverendo Padre José

Manuel Araújo promoveu uma *cruzada* contra esta manifestação de fé e de sacrifício religioso, que viria a ser proibida pela primeira vez em 1994. Muitas vozes discordantes se levantaram. Numa edição desse ano do semanário regional *Terras do Vale do Sousa* lia-se que alguém da localidade teria dito que “nenhum mortal pode calar a tradição”. Profundamente bairrista e tradicional, a povoação de Senhora Aparecida, insurgiu-se largamente contra a intenção do pároco, conforme se constata no documentário filmado em 1994 pela antropóloga Catarina Alves Costa, que ilustra a derradeira realização da Procissão dos Caixões.

O Padre José Manuel Araújo manteve-se intransigente na proibição de tal cerimónia, que considerava inadequada aos valores e princípios católicos, catalogando-a de “macabra e pagã”. A falange discordante foi diminuindo.

A “Procissão dos Caixões” deixou de se realizar. Importante seria proceder à investigação dos sucedâneos daquele fenómeno. De que forma os devotos da Senhora Aparecida fazem os seus pedidos e cumprem as suas promessas? Terá havido mutação da religiosidade popular? Face à desapro-

vação da “religião oficial”, a religião popular socorreu-se de subterfúgios ou camuflagem? Questões interessantes, sem dúvida, mas não é esta a oportunidade para indagar respostas para elas. Importa aqui esmiuçar o desaparecimento do fenómeno popular às mãos do fenómeno oficial.

Nos anos que se seguiram a 1994 o reverendo José Manuel Araújo não quis abordar mais a questão. Para ele, a Procissão dos Caixões era tema do passado. Estava enterrado. Estando agora a paroquiar no concelho de Vale de Cambra, o protagonista do fim deste controverso ritual acedeu a “reviver o passado na Senhora Aparecida”.

Começou por referir: “É já com muita distância no tempo que abordo a “Procissão dos Caixões” e o caminho percorrido até à sua extinção. Com efeito, desde há mais de um ano que já não sou pároco dessa paróquia e, tendo-a paroquiado nove anos, foi logo no segundo ano que a dita procissão se extinguiu”.

Proseguiu a sua abordagem relatando os factos cronologicamente: “cheguei à paróquia de S. Fins do Torno (Sra. Aparecida) em Outubro de 1992. Era padre há apenas um ano e ali tomo conhecimento desta realidade: na famosa Romaria da Senhora Aparecida realiza-se uma procissão no dia principal (mas feita e organizada à margem e separada da grande e normal procissão em honra da Senhora Aparecida) e nessa procissão figuram urnas abertas com pessoas vivas dentro, carregadas por familiares, percorrendo um determinado trajecto que terminava na Ermida da Senhora Aparecida em cumprimento de promessas”.

É sintomático quanto à sua reacção: “Claro que para mim isto foi um choque, pois nunca ouvira falar em tal coisa. Conhecia muitas formas de religiosidade e de promessas, mas, como esta, ignorava”.

“Calmamente fui reflectindo no assunto, fui sondando as pessoas e ouvindo opiniões... era uma tradição enraizada — mesmo turisticamente —, com muitos devotos e sobretudo muitos curiosos que vinham dos quatro cantos para ver a dita procissão”.

Sobre a situação *herdada* do seu antecessor, o Padre Araújo diz que “o anterior reverendo (N. do A. - Padre Assis Carneiro), que durante 50 anos paroquiou esta paróquia, já não “podia” mudar a tradição... Manifestava a sua discordância, não acompanhava a dita procissão, embora o tenha fei-

Foto Lemos, Aparecida, 1992.



Figura 3. Procissão dos caixões, Senhora Aparecida.

to durante muitos anos, e deixava as pessoas organizarem e fazerem a mesma”.

Proseguiu, referindo-se ao dilema com que se deparou e a solução adoptada: “tendo chegado à paróquia, e ao tomar conhecimento da realidade, eu tinha duas hipóteses: ou deixava as coisas continuar como estavam ou tomava uma posição discordante e assumia todas as consequências daí derivantes... Optei pela segunda!”.

Eis como o fez: “a Romaria era em Agosto. Tinha algum tempo para preparar as pessoas e para as catequizar... Fui manifestando a minha opinião, fui dizendo que era uma prática pouco cristã, talvez até pagã, e fui dizendo que havia outras formas de manifestar a nossa gratidão a Maria... enfim, procurei purificar este rito...”.

Não se vislumbrava que fosse empreitada fácil para o novel pároco: “um pouco contrariadas — muitas até estavam abertamente contra —, as pessoas foram acolhendo as minhas sugestões. Para o dia da festa preparei uma oração de louvor (Laudes) e convidei as pessoas que tinham essas promessas para conversarem comigo e para virem a essa oração; pedi também que o dinheiro que iriam pagar no aluguer da urna o oferecessem uma instituição de caridade”.

Entre resistências e adesões, irreverência e desistência, a procissão realizar-se-ia, pela última vez: “no dia da festa realizámos a Oração de Laudés. De tarde, à hora daquela procissão (14 horas), houve muito barulho, algumas discussões e algumas pessoas ainda foram nas urnas, sobretudo pessoas que eram de fora da paróquia e que não sabiam que havia um pároco novo que se opunha a esta procissão, partiram da rua, e não da Igreja, e terminaram junto à Ermida, sem entrar dentro”.

Foi mesmo a última. No ano seguinte (1994) já não se realizou a dita procissão. Justifica o abade Araújo que “as pessoas sabiam que o pároco se opunha”, e que durante o ano procurou fazer também um trabalho de catequização sobre a religiosidade popular. Neste dito ano a polémica toda foi ao nível da comunicação social. Rádios, jornais, televisões, inclusive internacionais, usaram e abusaram do assunto... Porém, na paróquia, o caso serenou. Durante longos anos, creio que ainda hoje em dia, na altura da Grande Romaria se fala no assunto...



Foto Lemos, Aparecida, 1992.

Figura 4. Procissão dos caixões, Senhora Aparecida.

Mas, logo no segundo ano de paroquialidade, consegui que este tipo de manifestação religiosa terminasse”, culmina o padre Araújo, de forma triunfal, própria de quem terminou a missão a que se propusera.

Quanto ao pároco actual, é um jovem de 26 anos, José Augusto de seu nome. Sobre o assunto não se demora. Também ele é peremptório e irredutível: “Basta dizer que nem se lhe podia chamar ‘Procissão’, pois não o era, tanto mais que um caixão não se inscreve no teor de uma procissão, não é um elemento sagrado”. Era um culto pagão, ponto final. *Ressuscitá-lo?* Nem pensar!

4. Uma perspectiva sociológica

A Procissão dos Caixões desperta emoções e sentimentos díspares. Vislumbrando o fenómeno de várias perspectivas, apercebemo-nos dos extremos dos juízos valorativos. Ir no caixão em cumprimento de promessa é porventura sórdido e tenebroso. Mas

os caminhos da fé e do desespero quando se cruzam originam um palco de gigantescas façanhas humanas. É o que parece resultar da controversa Procissão dos Caixões.

Aquelas “curas milagrosas” seriam, de facto, milagres? Ou fruto das limitações da medicina em diagnosticar os males? Não por fútil comodismo, mas sim por exigência de objectividade, importa, mais do que responder a essas questões, indagar sobre os porquês da Procissão dos Caixões enquanto “facto social total”.

Na senda da objectivação participante, preconizada por Pierre Bourdieu, e no trilho da perspectiva do crente, defendida por Émile Durkheim, julgo encontrar no fenómeno em apreço uma certa forma de “solidariedade mecânica” (no sentido durkheimiano), da sociedade de cariz tradicional, em vez da “solidariedade orgânica”, típica das sociedades modernas e pós-modernas. O acto popular ou tradicional de lidar com a morte é puro, solidário, aberto. Em contraponto, o acto de velar os mortos na urbe, nas sociedades individualistas da solidariedade orgânica, é circunscrito, escondido, oficial, orgânico, instituído. Ao contrário deste, naquele caso há o toque fúnebre na torre sineira e, sem cartões nem comunicados, num ápice o povoado e arredores tomam conhecimento (aliás, pelo próprio toque sineiro sabem logo se o defunto é masculino ou feminino); nestas sociedades como a da Senhora Aparecida, há o pranto pungente, o grito desvairado e cortante, o luto para a vida de todos os dias até ao fim da vida, a exposição do corpo na sala de estar da casa do(a) falecido(a). Aqui não há morgue, nem câmara ardente, não há crematório, enfim, não há órgãos, mas sim mecanismos sociais. Não há, no dizer do Frei Geraldo Coelho Dias, *hospitalização da morte*, fenómeno que se começa a verificar em Portugal (Dias, 2002).

Aquela dicotomia entre “Religião Popular”, espontânea e até folclórica, e a “Religião Eclesiástica”, canónica e clerical, motivou, por um lado, a perda de tradição, de religiosidade popular, e, por outro lado, a aquisição (será um ganho?) de religiosidade oficial. Em termos sociais, dá-se assim uma passagem da “solidariedade mecânica”, intuitiva, para uma “solidariedade orgânica”, oficial, instituída.

No fenómeno da Procissão dos Caixões encon-

trava-se precisamente o oposto da forma como na Pós-Modernidade o homem social se relaciona com a morte. Afugenta-a, repele-a, remete-a para locais próprios, como morgues, agências funerárias, etc. Socorre-se do materialismo e do positivismo científico para se apegar à vida. Aqui encontra-se uma relação entre vida e morte repleta de intermediários. No fenómeno da Aparecida não havia intermediários; imperava a relação directa com a divindade e a relação social colectiva patenteada naqueles magotes de ajuntamentos populares em dia de romagem.

“O homem moderno quer gozar a vida como se a morte não sobreviesse ou fosse apenas uma normal interrupção duma existência sem retorno nem continuidade, a perda definitiva duma oportunidade desbaratada perante a vida e em vida”, observa Frei Geraldo (Dias, 2002). Vai isto de encontro ao que o premonitório sociólogo alemão do início do século XX, Georg Simmel, dizia da tendência do homem moderno para “reagir racionalmente, aprofundando a sua consciência e adoptando uma reserva mental, uma indiferença implacável (...)” (Simmel, 1903:14).

Não é esse o homem da Procissão dos Caixões. Este valoriza a vida, pela religiosidade, procurando a tal Vida Nova, em sociedade, com a ajuda de quem intercede pela vítima e de quem agarra as pegadas do caixão até à ermida.

É fulgurante a dicotomia aqui patente entre Tradição e Modernidade. Esconjuram-se laços sociais com a extinção do fenómeno religioso popular.

5. O fim de uma relação comunitária

Na povoação da Senhora Aparecida os vivos recorriam ao poderoso e tenebroso símbolo da morte que é o caixão ou arca fúnebre para manifestar-se relativamente à morte e à vida, num sacrifício com inúmeros sentidos ou interpretações.

Seguir em procissão dentro de um caixão tinha para as gentes uma conotação de sacrifício atroz para simbolizar um destino que era tido como certo mas que a providência superior alterou... As pessoas tinham sobrevivido ao mal que as atormentava mas como pagamento iriam passar pela morte, erguen-

do-se da urna aos pés da Senhora, diante dela. Da cidade, os “forasteiros” chegavam e estranhavam; não vestiam a pele do crente e como tal não entendiam aquela religiosidade, pois esta só existe enquanto vista com os mesmos olhos do crente. E o crente, não apenas o que vai deitado, mas também os que seguram as pernas do caixão, admite em sociedade, perante os magotes de gente, que crê, que foi salvo por Ela, aquela que é fonte de Vida. Mas o sacrifício é grande. Implica uma espécie de *temor destemido*; afinal, é estar no lugar do morto e imitar o ritual derradeiro da vida.

“Não há maior sacrifício do que ir onde é mais difícil”, refere o já citado professor de história Rui Graça Feijó. (Feijó e Cabral, 1999)

Na povoação os autóctones sabem quem se escusou a ir na procissão, quem fugiu, quem se escondeu, quem se fechou, para não ir deitado no caixão depois de familiar seu ter prometido tal à Senhora. Fulano do Outeiro, sicrano da Torre, esta do Tanque, aquela de Vilar, recusaram-se.

“Muitas vezes, nem o beneficiário, quando o pedido era feito para outrem, sabia desse pedido até ao dia da procissão”, revela Carlos Fernandes, o popular “Massas” da agência funerária da povoação da Senhora Aparecida. Ao contrário do seu antecessor, António Fernandes, seu tio e igualmente presidente da Junta, o novel autarca e agente funerário aceitou bem os desígnios do Padre Araújo. Os mais velhos é que têm saudades. Aliás, são estes quem se refere em tom depreciativo e acusador àqueles que se recusaram a cumprir a promessa... Já os mais novos, os que aderiram à extinção, consideram que esses que se recusaram simplesmente anteciparam a história, o fim da procissão.

Quanto ao contraditório no *modus operandi* da promessa, aquela figura pública local revela que “regra geral, a promessa não era cumprida por quem fazia o pedido à Senhora Aparecida, mas sim a pessoa beneficiada pelo pedido, o que não quer dizer que não acontecesse que fosse o promitente a cumprir a promessa pela pessoa bafejada”. Era este o caso de noivas e mães de soldados no Ultramar.

Tratava-se de imponentes assomos de entrega, de imperscrutáveis actos de amor e de altruísmo, de certo modo a-rationais (não irracionais!) em que o

promitente clama ao alto a atenção para com alguém. As penitências de altruísmo são bonitas. Tangem sentimentos arrebatadores. É uma certa forma de *solidariedade de fé* e de martírio. Como que dar a vida por alguém. Diz aquele autarca que, nestes casos, “a promessa era cumprida com o promitente deitado no caixão e, muitas vezes não se sabia, ou não se falava à *boca cheia* sobre a promessa que originara tal ida, casos havia em que nem mesmo quem havia sido *protegido* sabia da promessa”.

Com o fim da Procissão dos Caixões dissolveu-se aquilo a que Frei Bento Domingues chama de “um dos modos de relação pessoal e comunitária com Nossa Senhora”. Foi o epílogo do “enfrentamento de duas competências na relação com o sagrado”, em que o padre pretendeu (e conseguiu) “ser dono da relação com o sagrado” (Zoom, 1995:7).

O que sucedeu na Aparecida foi um *dejá vu*, pois Frei Bento salienta que “assisti desde criança a essas disputas entre povo e padres. Foi sempre a dimensão religiosa da vida que saiu diminuída”. Isso decorre da frenética procura de “cristianização das festas pagãs”, que “redundam sempre num desastre cultural e religioso”.

Corroboro da impressão também partilhada por este teólogo, segundo a qual a falta de compreensão do tecido cultural do fenómeno religioso em apreço motivam a delapidação do património identitário e colectivo de uma sociedade tradicional. “Sem recurso à prática da antropologia cultural ou social (e da sociologia – N. do A.), não se pode captar o alcance simbólico das expressões deste catolicismo popular”, afirma Frei Bento Domingues. (Idem, Idem)

Coadunando-se com a necessidade de indagação que foquei atrás, sobre as práticas religiosas na relação vida-morte após o fim da Procissão dos Caixões, este teólogo refere: “do meu ponto de vista, o pároco deve questionar e procurar caminhos de evangelização daquele mundo religioso. Duvido que o processo escolhido seja o mais adequado para os encontrar. E a questão é mais vasta. (...) a igreja não dispõe de uma pastoral em relação à doença e à morte que traduza hoje, e nas diferentes culturas, o que foi a atitude de Jesus no meio do seu povo. É nesse vazio que campeia a manipulação de algumas seitas”.

Bibliografia

- CÂMARA MUNICIPAL DE LOUSADA (1999) - *O Século XX em Lousada*. [S.l.].
- COSTA, C. A. (1994) - *Senhora Aparecida*. [S.l.: s.n.].
- DIAS, Fr. G.C. (2002) - *O Sonho da Escada de Jacob*. [S.l.: s.n.].
- DOMINGUES, Fr. B. (1995) - *Vida e Morte na Senhora Aparecida*. [S.l.: s.n.].
- ESPÍRITO SANTO, M. (1990) - *A Religião Popular Portuguesa*. Assírio e Alvim. [S.l.].
- FEIJÓ, R.G. e CABRAL, P. (1983) - *A História da Morte em Portugal*. Oxford.
- Jornal Vida Nova, edição de 27 de Agosto de 1929.
- Jornal Terras do Vale do Sousa, edição de 10 de Agosto de 1995.
- Jornal de Lousada, edição de 14 de Agosto de 1956.
- MARTINHO, S. e BARROS, J. (2003) - *Festas e Tradições Portuguesas*. Círculo de Leitores. [S.l.].
- PIMENTEL, V. (1992) - *Os vivos e os mortos na Aparecida*. [S.l.: s.n.].
- Revista Zoom. Edição de 4 de Agosto de 1995.
- SIMMEL, G. (1903) - *A metrópole e a vida do espírito*. [S.l.: s.n.].

ANEXO 1

A lenda da Senhora Aparecida

Quando e como teria vindo parar, há séculos, aos povoados de S. Fins do Torno, um venerando velhote ermitão, muito bondoso, de gestos suaves e amigos, todo ele digno de figurar num painel alusivo à vida do Nazareno?...

Com vestes e rosto de pescador, galileu. Seus olhos meigos animavam o falar, brando, cadenciado. Reza a tradição que a todos amava, de modo especial os velhinhos e as crianças. Até para os animais domésticos tinha carinhos excessivos, fazendo crer que se tratava de alguém enviado para fazer o Bem.

Diziam que este velho misterioso era estrangeiro. Se ele o era, não se soube. O que se sabe é que nestes sítios e redondezas distantes ninguém lhe conhecia a origem. Francês? Italiano? Espanhol?

Pairaram para sempre as nuvens da dúvida. Nos seus falares, o homenzinho proferia palavras estranhas à nossa linguagem. Entre latim e outros idiomas, nem sempre o compreendiam. Os mais tenros de idade e os mais tardos do miolo o teriam por louco...

Para mais vivia de esmolas, invocando para os benfeitores a protecção duma santinha que dava a beijar aos pequerruchos e ao mulherigo. Dormitava, por óbolo de Deus, numa lura abandonada e enxuta do monte da Conceição, onde hoje se ergue a Ermida da Senhora Aparecida. E para conseguir umas migalhas de broa trigueira, uns farrapos de linho grosso, coitadinho do ermitão, era certo e sabido encontrá-lo cansado e exausto, ao fim da tarde, a murmurar o seu breviário de orações estranhas, misteriosas. A par do alforge a santinha pequenina e bela.

Vivia como lírio do vale ou avezita do monte. Ninguém o importunava, nem ele a ninguém. Se se desviava da aldeia, lá voltava a ela em busca do ninho tão pobre de conforto. Mas um dia, toda a gente se convenceu que o ermitão tomara outro rumo. E consigo levava a sua santinha, então já tida por milagrosa, pois era da convicção geral que sarara um doente, que estava a morrer de todo.

O santo ermitão caiu dentro em pouco no esquecimento. Só volvidos muitos anos tornou a beliscar a memória dos contemporâneos aquele per-

sonagem singular que orava a todo o momento e por todas as carreiras do Torno.

Nos primórdios do século XIX, o monte da Conceição é visto com fulgores estranhos. Relatos transmitidos de geração em geração naquelas bandas do Torno, referem que do céu baixavam estrelas cadentes e riscos luminosos. Daquela vez, como noutras tantas em maré de trovoada, o monte onde está hoje a ermida foi palco para a chegada de curiosos. Grande mistério afligia e acicatava a alma crente e temente de quem vivia o acontecimento.

Alguém se lembrou do dito velhote e foram mexer na lura, no antigo abrigo do ermitão, deu-se o imprevisto: na terra solta, de mistura com fragmentos de louças e carvão, surgia mais radiosa que nunca a imagem que o eremita dava a beijar.

Era a Nossa Senhora Aparecida, muito pequenina, com o seu manto azul e o seu menino risonho.

Ribombaram os campanários a festejar tão rico achado. E de todo o Alto Minho e arribas do Douro vieram devotos ajoelhar, cumprir promessas, rogar favores.

*A Senhora Aparecida
Mora debaixo do adro.
Eu hei-de dar-lhe uma prenda
Se me livrar de soldado...*

Isto se rezava e cantava por altura da Primeira Grande Guerra, entre 1914 e 1918.

Depressa se congregaram esforços e sem delongas se levantou airosa ermida. Continuaram as solicitações à Virgem, mantiveram-se as homenagens à pequenina imagem – rico tesouro a encorajar o progresso e o bairrismo da povoação.

Em nada nos admira fê tão viva, amor tão firme, pago, afinal, pela presença da Senhora Aparecida que não quer outro tarrão para sua morada...

Deixemos falar as loas, os cantares, as toadas de serão, pedacinhos da alma agradecida. Os velhotes, ao lado rancho galhardo e barulhento mal reparam na intenção:

*A Senhora Aparecida
É madrinha do meu bem.
Eu também sou afilhado
Do menino que ela tem.*

Romaria, Arcos. Bandeiras. Bandolins a voar. Tamboreiros e foguetes. Alegria às catadupas. E vão chegando romeiros. Os admiradores de cavalicoques e alimárias têm onde escolher. Não é doutra coisa a feira. Um frenesim, uma animação, coroada pelo sussurro ululante de quem se diverte, das fusas musicais... e das goladas do rascante que faz destemperar os mais sisudos e até espalhar bordoadas de punho em riste ou cajadadas para dirimir contendas.

O arraial estende-se por três dias pegadinhos. O adro da ermida é exíguo para tanta a gente.

*A Senhora d' Aparecida
S' tá em cima do andor,
Coberta com o seu manto,
Não tem frio nem calor.*

E o andor grande, um colosso, aos ombros de mais de cinco dúzias de latagões, fazendo remoinhar a festança. Andor assim, onde se vê? Crê-se que é único em tamanho e folclore.

No Domingo, ainda há festa. Ao fim da tarde partem romeiros para todas as bandas. Uns para o Basto, outros para as vertentes de Vizela, muitos para aquém de Lousada. Com a Virgem e o Santuário ficam só os briosos festeiros,

*Adeus ó Vila Real,
Adeus estrada seguida;
Adeus, ó Torre dos Mouros
Da Senhora Aparecida.*

In Jornal de Lousada de 14 de Agosto de 1956